



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 11.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 26/02/2026

SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA SEMIPRESENCIAL (AM Nº 123/2020) DE 26/02/2026

BREVES COMUNICAÇÕES

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado abordou a condenação dos mandantes do assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes, avaliando que a decisão representou avanço, mas não encerrou todas as questões sobre o caso. Defendeu a reabertura de investigações conduzidas por autoridade condenada por obstrução da Justiça e apontou a existência de conexões mais amplas entre milícias, agentes públicos e interesses econômicos no Rio de Janeiro. Além disso, mencionou lacunas ainda não esclarecidas, incluindo possíveis vínculos e episódios investigativos que carecem de aprofundamento. Também destacou a necessidade de enfrentar a influência do crime organizado na política. Por fim, prestou solidariedade às vítimas das enchentes na Zona da Mata mineira e cobrou ações estruturais do poder público diante de eventos climáticos extremos, ressaltando a importância de investimentos em prevenção.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado denunciou possíveis desvios de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) no Município de Vargem Grande (MA), estimados em mais de R\$ 32 milhões, com indícios de uso indevido em despesas alheias à educação e pagamentos irregulares. Ressaltou que o esquema pode se estender por cerca de dez anos, envolvendo diferentes gestões. Além disso, informou que solicitará auditoria da Controladoria-Geral da União por meio da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) e cobrou atuação mais rigorosa do Ministério Público local na apuração e responsabilização dos envolvidos.

Átila Lins (PSD - AM) - O Deputado relatou visita à aldeia Lobo, no Rio Javari, no Município de Atalaia do Norte (AM), onde participou da inauguração de uma escola e de uma quadra esportiva para a comunidade indígena. Destacou a destinação de R\$ 500 mil para a reforma de uma Unidade Básica de Saúde Indígena (UBSI) e cobrou maior atuação dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI) no atendimento às comunidades. Também mencionou sua participação nas comemorações dos 71 anos de Atalaia do Norte, ao lado de autoridades locais, ressaltando a importância da presença institucional e do diálogo com a população. Por fim, afirmou ainda que ouviu demandas locais e levará as reivindicações às autoridades competentes, visando ampliar investimentos e melhorar as condições de saúde e infraestrutura na região.

Ivan Valente (PSOL - SP) - O Deputado criticou declarações contrárias à redução da jornada de trabalho, especialmente sobre o fim da escala 6x1, classificando-as como expressão de uma mentalidade “patronal e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 11.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 26/02/2026

escravagista” ainda presente no País. Defendeu que a redução da jornada é uma pauta histórica dos trabalhadores, associada à melhoria da qualidade de vida, ao acesso a serviços básicos, ao convívio familiar e ao aumento da produtividade. Argumentou que resistências de setores empresariais e de parte do Congresso se baseiam em previsões equivocadas, semelhantes às feitas no passado contra direitos como o 13º salário. Também afirmou que o Brasil investe pouco em educação e inovação, fatores centrais para elevar a produtividade, e criticou a composição do Parlamento por representar majoritariamente interesses econômicos. Por fim, cobrou o envio imediato da Proposta de Emenda à Constituição nº 8, de 2025, que dá nova redação ao inciso XIII, do artigo 7º da Constituição Federal para dispor sobre a redução da jornada de trabalho para quatro dias por semana no Brasil, a denominada PEC da escala 6x1, e sua votação em regime de urgência, defendendo mobilização social para pressionar o avanço da pauta.

Sargento Fahur (PSD - PR) - O Deputado criticou Parlamentares de Esquerda por celebrarem a condenação dos mandantes do assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes, alegando contradição com posicionamentos anteriores sobre políticas penais. Defendeu que penas mais duras são resultado de iniciativas da Direita e do Centro no Congresso e acusou a Esquerda de ser leniente com criminosos. Também questionou o regime de cumprimento da pena de um dos condenados, apontando incoerência na reação de adversários políticos. Por fim, fez críticas ao Governo Federal e ao Presidente Lula, associando-os à falta de rigor no combate ao crime organizado e à corrupção.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada rebateu críticas de Parlamentares da Oposição e afirmou que seu partido votou majoritariamente pela manutenção da prisão de um dos acusados pelo assassinato de Marielle Franco, destacando que houve votos contrários à prisão por parte de outros grupos políticos. Criticou o que classificou como distorção de fatos e acusou adversários de tentarem associar indevidamente a Esquerda à defesa de criminosos. Em seguida, levantou suspeitas sobre relações políticas e financeiras envolvendo o Banco de Brasília (BRB), citando possíveis irregularidades na gestão do banco, incluindo gastos elevados, operações questionadas e vínculos com agentes públicos. Defendeu a apuração rigorosa dos fatos, responsabilização dos envolvidos e transparência na condução das instituições. Por fim, ressaltou a importância da condenação dos mandantes do assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes, defendeu o combate à impunidade e criticou propostas de anistia a envolvidos em crimes, além de alertar para a necessidade de proteger o caráter público do BRB e evitar prejuízos à população do Distrito Federal.

Soldado Noelio (UNIÃO - CE) - O Deputado criticou a atuação do Governo Federal e de gestões estaduais do Partido dos Trabalhadores (PT) na área de segurança pública, afirmando que a população cobra resultados concretos diante do aumento da violência. Defendeu o endurecimento das leis penais e acusou Parlamentares



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 11.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 26/02/2026

da Esquerda de dificultarem a aprovação de medidas nesse sentido. Relatou a situação do Ceará, apontando baixos reajustes salariais para policiais militares, descumprimento de direitos previstos em lei e falta de valorização da categoria, além de criticar decisões administrativas do Governo Estadual. Também destacou dificuldades operacionais enfrentadas pelas forças de segurança, como restrições legais à atuação policial, e defendeu a desburocratização das normas para garantir maior respaldo aos agentes. Por fim, elogiou a aprovação do Projeto de Lei nº 5.582, de 2025, que altera a Lei nº 12.850, de 2013, o Código Penal, o Código de Processo Penal, a Lei nº 8.072, de 1990, a Lei nº 7.960, de 1989, e a Lei nº 7.210, de 1984, para dispor sobre o combate às organizações criminosas no País, o chamado PL Antifacção, e reforçou a necessidade de valorização dos profissionais de segurança pública.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado destacou indicadores positivos do mercado de trabalho no Maranhão, afirmando que o Estado iniciou 2026 com 2,7 milhões de pessoas empregadas, o maior número da série histórica desde 2013, e com taxa de desemprego de 5,6%, abaixo da média do Nordeste. Atribuiu os resultados à política de atração de investimentos do Governador Carlos Brandão, mencionando a instalação de indústrias como a de etanol de milho, com geração de empregos e cadeia produtiva ampliada. Também ressaltou a inauguração de uma rodovia que liga a BR-010 a um polo de curtumes em Ribeirãozinho (MT), destacando o potencial de expansão industrial e criação de vagas, inclusive na produção de bens derivados do couro. Em seguida, mencionou um acidente com trabalhadores maranhenses em São Paulo como exemplo da necessidade de ampliar oportunidades no próprio Estado. Por fim, criticou gestões anteriores por retração econômica e migração de trabalhadores, e afirmou que o cenário atual tem incentivado o retorno de empreendedores e a geração de empregos no Maranhão.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado destacou a condenação dos irmãos Brazão pelo assassinato de Marielle Franco, afirmando que o resultado reforça a importância do respeito às diferenças na democracia e combate à violência política. Em seguida, também ressaltou conquistas para o Espírito Santo, como a autorização de curso de Medicina em São Mateus (ES) e o avanço para implantação em Alegre (ES), além da qualidade do curso da Universidade Federal do Espírito Santo, avaliado com nota máxima. Mencionou ainda a criação de um *campus* do Instituto Federal na localidade de Regência, em Linhares (ES), com foco na economia do mar, como ação voltada ao desenvolvimento regional após impactos ambientais. Por fim, associou essas iniciativas a políticas do Governo Federal nas áreas de educação, emprego e renda.

Átila Lins (PSD - AM) - O Deputado abordou as dificuldades enfrentadas por pescadores e pescadoras, especialmente no Amazonas, em razão das novas exigências para acesso ao seguro-defeso, que levaram à suspensão de pagamentos e à necessidade de cadastramento. Destacou a prorrogação do prazo para



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 11.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 26/02/2026

regularização até 30 de junho, por meio de resolução do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT), como medida importante para viabilizar o acesso ao benefício. Além disso, apontou que a maioria dos trabalhadores ainda não recebeu o auxílio, citando que no Amazonas, apenas 481 de mais de 100 mil pescadores foram contemplados. Por fim, cobrou ajustes nas regras para evitar prejuízos à categoria, defendendo que irregularidades sejam combatidas sem penalizar quem atua de forma regular.

Sargento Fahur (PSD - PR) - O Deputado destacou ações de segurança pública na região de Maringá (PR), elogiando a apreensão de quase 100 kg de maconha realizada por equipe da Polícia Militar. Ao mesmo tempo, comentou a prisão de três policiais militares suspeitos de envolvimento em irregularidades, como fornecimento de armas e informações a facções criminosas. Ressaltou que a própria corporação, por meio da Corregedoria e do Grupo de Combate ao Crime Organizado (GAECO), atuou na investigação, demonstrando que desvios são exceção e que os responsáveis devem ser punidos. Por fim, enfatizou o trabalho das forças de segurança, incluindo polícias militares, civis, penais, federais e guardas municipais, no combate ao crime no país.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado defendeu a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 8, de 2025, que dá nova redação ao inciso XIII, do artigo 7º da Constituição Federal para dispor sobre a redução da jornada de trabalho, a denominada PEC da escala 6x1, argumentando que a redução da jornada de trabalho é uma tendência mundial e pode trazer ganhos de produtividade, qualidade de vida e bem-estar para trabalhadores e empresas. Destacou a necessidade de um processo de transição responsável, considerando as diferenças entre os setores econômicos, e criticou tentativas de boicote ao debate. Também citou experiências internacionais e nacionais que indicam resultados positivos com a escala 5x2. Além disso, mencionou estudo do Fundo Monetário Internacional (FMI) segundo o qual o Bolsa Família não desestimula o trabalho, ao contrário da falta de creches, que afasta especialmente mulheres do mercado formal. Por fim, ressaltou ações do Governo Federal no Espírito Santo, como investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em creches, unidades de saúde e programas como o Mais Médicos Especialistas, destacando impactos em Municípios como Cariacica (ES) e Guarapari (ES).

Fabiano Cazeca (PRD - MG) - O Deputado destacou o trabalho da pesquisadora Tatiana Coelho de Sampaio, vinculada à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), ressaltando avanços em pesquisa com polilaminina que possibilitaram a movimentação de um paciente tetraplégico. Ressaltou que a cientista conduz o estudo com poucos recursos e sem apoio institucional suficiente. Diante disso, fez um apelo às autoridades públicas e ao setor empresarial para que apoiem e invistam na pesquisa, destacando seu potencial impacto na reabilitação de pessoas com paralisia.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 11.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 26/02/2026

Sargento Fahur (PSD - PR) - O Deputado relatou a aprovação, na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), de requerimentos para quebra de sigilos bancário e fiscal de Fábio Luís Lula da Silva, destacando que a votação ocorreu em meio a conflitos entre Parlamentares e interrupção de transmissões. Criticou a atuação de integrantes da base governista, acusando tentativa de obstrução das investigações, e manifestou apoio ao Relator Alfredo Gaspar. Também afirmou confiar em parte da Polícia Federal (PF) e no Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), André Mendonça, para o avanço das apurações. Por fim, defendeu a responsabilização de envolvidos em supostas irregularidades no INSS, independentemente de filiação política, e criticou o que classificou como tentativas de blindagem a investigados.

Jandira Feghali (PCdoB - RJ) - A Deputada defendeu a apuração de todos os casos de corrupção, destacando a importância da transparência e da responsabilização. Afirmou que investigações relacionadas ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) teriam origem em irregularidades de gestões anteriores e associou denúncias envolvendo o Banco Master a setores da extrema direita. Também mencionou outros episódios, como suspeitas de irregularidades na compra de vacinas e casos de “rachadinhas” atribuídos a integrantes da família do ex-Presidente Jair Bolsonaro, incluindo referências a Michelle Bolsonaro. Por fim, defendeu que todas as denúncias em curso, inclusive no Supremo Tribunal Federal (STF), sejam devidamente investigadas, com responsabilização dos envolvidos.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado criticou opositores por disseminarem acusações e narrativas que não se sustentam diante da melhoria dos indicadores do País, afirmando que a população está mais atenta ao cenário político. Também destacou que denúncias de corrupção devem ser apuradas, mencionando casos como o do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e “rachadinhas” como práticas associadas a grupos adversários. Além disso, anunciou a realização do evento “Governo do Brasil na Rua”, em Vitória (ES), com a presença do Ministro Guilherme Boulos, que participará de atividades como debates com trabalhadores, abertura de feira de serviços públicos e discussões sobre temas como jornada de trabalho e soberania popular, com o objetivo de aproximar o Governo da população.

Coronel Meira (PL - PE) - O Deputado informou a criação de Comissão Especial para analisar o Projeto de Lei nº 8.085, de 2014, que altera a Lei nº 9.503, de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para instituir a obrigatoriedade da prática de direção veicular em vias públicas para fins de formação de condutores, com foco em educação para o trânsito. Destacou que foi escolhido para presidir o colegiado e que a instalação deve ocorrer nos próximos dias. Ressaltou que a proposta busca promover mudanças que aliem redução de custos na obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) à garantia de formação



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 11.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 26/02/2026

adequada dos condutores, reforçando a segurança viária e a conscientização no uso responsável de veículos. Por fim, ressaltou a participação de entidades ligadas à educação no trânsito e afirmou que o objetivo é contribuir para a preservação de vidas e para o reconhecimento da CNH como instrumento de trabalho.

Neto Carletto (AVANTE - BA) - O Deputado abordou a tramitação de propostas relevantes no Congresso, destacando apoio à criação das Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito (CPMIs) para investigar o Banco Master e irregularidades no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), com o objetivo de identificar responsáveis e dar respostas à população sobre possíveis desvios de recursos. Em seguida, manifestou apoio à Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2026, que altera o art. 155 da Constituição Federal para estabelecer alíquota máxima e base de cálculo exclusiva do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), limitando o IPVA a 1%, e defendendo a redução da carga tributária e maior retorno dos impostos pagos pelos cidadãos. Além disso, no âmbito regional, destacou ações na Bahia, como a participação na ordem de serviço para construção do Hospital Regional de Itapetinga (BA), em parceria com o Governo Estadual, além da destinação de emendas para Municípios como Inhambupe (BA), com investimentos em infraestrutura, e Guaratinga (BA), com recursos voltados à área da saúde. Por fim, ressaltou a articulação política para ampliar investimentos e promover o desenvolvimento local.

ORDEM DO DIA

Sargento Portugal (PODE - RJ) - O Deputado agradeceu aos Parlamentares e à liderança da Câmara pela decisão de avançar na regulamentação da carga horária de policiais militares e bombeiros, destacando a medida como um marco histórico para a categoria. Ressaltou que a iniciativa representa justiça para esses profissionais da segurança pública, que atuam diariamente em condições de sacrifício para garantir a proteção da sociedade. Por fim, enfatizou a união suprapartidária em torno do tema e reconheceu a atuação de lideranças na condução do processo.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 591, de 2026, que cria, no âmbito do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Departamento de Monitoramento e Fiscalização das Decisões dos Sistemas Internacionais de Direitos Humanos (DDH).

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada destacou que a agricultura familiar era responsável pela maior parte dos alimentos consumidos no País e gerava empregos em diversas regiões. Além disso, afirmou que o Projeto de Lei nº 2.213, de 2025, ampliava o uso do Fundo de Garantia de Operações para esse segmento, antes



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 11.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 26/02/2026

direcionado à grande produção. Em seguida, ressaltou que o fortalecimento da agricultura familiar aproximou trabalhadores da terra e contribuiu para a sustentabilidade das comunidades. Também lembrou avanços anteriores voltados ao setor e apontou continuidade no apoio institucional. Por fim, registrou reconhecimento à atuação do Ministro Paulo Teixeira nas políticas de incentivo ao campo.

Camila Jara (PT - MS) - A Deputada proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 6.140, de 2025, que acrescenta dispositivo à Lei nº 10.714, de 13 de agosto de 2003, para tornar obrigatória a divulgação do serviço Ligue 180 em notícias e informações relativas à violência contra a mulher veiculadas em qualquer meio de comunicação.

Hugo Motta (REPUBLICANOS - PB) - O Presidente cumprimentou as Deputadas Talíria Petrone e Camila Jara pela aprovação do Projeto de Lei nº 6.140, de 2025, que fortaleceu o canal Disque 180 no combate à violência contra a mulher. Em seguida, destacou que o serviço ampliou a proteção às mulheres, sobretudo em regiões distantes, ao facilitar denúncias e acionar as forças de segurança. Além disso, ressaltou a adesão da Câmara ao pacto de enfrentamento ao feminicídio firmado com Senado, Judiciário e Governo Federal. Por fim, afirmou que novas propostas seriam pautadas ao longo do Mês da Mulher para enfrentar a violência e reduzir indicadores que atingem o País.

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada agradeceu ao Presidente Hugo Motta e à Relatora Camila Jara pela inclusão em pauta do Projeto de Lei nº 6.140, de 2025, de sua autoria, que fortaleceu a divulgação do Ligue 180. Em seguida, alertou que a violência contra a mulher configurou emergência nacional, com quase 1.500 feminicídios no último ano, o que representou até cinco mortes diárias. Ademais, destacou que a medida determinou a divulgação do canal sempre que casos fossem noticiados, inclusive com atualização para atendimento por telefone e *WhatsApp*. Por fim, afirmou que ampliar o acesso à informação foi passo decisivo para romper ciclos de violência, sobretudo no interior do País.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 6.140, de 2025, que acrescenta dispositivo à Lei nº 10.714, de 13 de agosto de 2003, para tornar obrigatória a divulgação do serviço Ligue 180 em notícias e informações relativas à violência contra a mulher veiculadas em qualquer meio de comunicação.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 6.140, de 2025, que acrescenta dispositivo à Lei nº 10.714, de 13 de agosto de 2003, para tornar obrigatória a divulgação do serviço Ligue 180 em notícias e informações relativas à violência contra a mulher veiculadas em qualquer meio de comunicação.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 11.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 26/02/2026

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo do Projeto de Lei nº 6.140, de 2025, que acrescenta dispositivo à Lei nº 10.714, de 13 de agosto de 2003, para tornar obrigatória a divulgação do serviço Ligue 180 em notícias e informações relativas à violência contra a mulher veiculadas em qualquer meio de comunicação.

Pedro Uczai (PT - SC) - O Deputado celebrou o Acordo entre Mercosul e União Europeia e destacou a atuação internacional do Presidente Lula na ampliação de mercados e na atração de investimentos. Afirmou que, em três anos, o Governo abriu mais de 500 novos mercados e registrou 26 bilhões de dólares em investimentos apenas em janeiro, além de recordes na Bolsa, redução da inflação e valorização do real. Também ressaltou o pleno emprego, o aumento do salário mínimo, a ampliação da massa salarial e a isenção do Imposto de Renda para quem recebe até 5 mil reais. Defendeu comparações com o Governo Bolsonaro nas áreas econômica, social, educacional e nas relações internacionais.

BREVES COMUNICAÇÕES

Evair Vieira de Melo (PP - ES) - O Deputado registrou a presença do Prefeito Nirrô e dos Vereadores Willian Bestete, Taiza Garcia e Sérgio Ridolphi, do Município de Alegre, no Espírito Santo. Destacou ações de recuperação e restauração da cidade, com investimentos em infraestrutura, educação e saúde. Informou que a gestão municipal apresentou rigor nas contas públicas e dedicação à população. Também mencionou a atuação dos Vereadores em articulação com o Governo do Estado, o Governo Federal e as bancadas parlamentares para garantir recursos ao Município. Deu boas-vindas à comitiva e ressaltou o compromisso com a melhoria da qualidade de vida em Alegre (ES).

Coronel Meira (PL - PE) - O Deputado anunciou a aprovação da urgência do Projeto de Lei nº 5.967, de 2023, que acrescenta os parágrafos 1º a 5º ao art. 24 do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, para assegurar aos policiais militares e bombeiros militares a carga horária de 144 horas mensais, bem como a remuneração extraordinária no trabalho realizado que extrapole a carga horária vigente, remuneração em dobro nos feriados e dá outras providências, de autoria do Deputado Sargento Portugal. Afirmou que a proposta buscou reconhecer horas extras trabalhadas, com compensação financeira ou concessão de folga. Destacou a atuação da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e agradeceu ao Presidente da Casa, Deputado Hugo Motta, ao Secretário da Presidência, Lucas Ribeiro, e aos Líderes partidários pela aprovação unânime do requerimento. Informou que a medida atendeu a uma demanda antiga dos profissionais de segurança pública.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 11.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 26/02/2026

Sargento Fahur (PSD - PR) - O Deputado elogiou a aprovação da urgência do Projeto de Lei nº 5.967, de 2023, que acrescenta os parágrafos 1º a 5º ao art. 24 do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, para assegurar aos policiais militares e bombeiros militares a carga horária de 144 horas mensais, bem como a remuneração extraordinária no trabalho realizado que extrapole a carga horária vigente, remuneração em dobro nos feriados e dá outras providências. Defendeu a regulamentação da jornada, com remuneração para horas excedentes, trabalho em fins de semana e feriados. Informou que esses profissionais atuaram de forma contínua em operações e no enfrentamento ao crime, independentemente do dia ou horário. Declarou que a proposta buscou garantir reconhecimento e pagamento pelas horas trabalhadas além do limite legal. Manifestou expectativa de aprovação do mérito na Câmara e posterior análise no Senado, com inclusão na pauta pelo Presidente Davi Alcolumbre.

Soldado Noelio (UNIÃO - CE) - O Deputado afirmou que policiais militares e bombeiros não são “cidadãos de segunda categoria” e que devem ser reconhecidos pela relevância de seu trabalho na redução da criminalidade. Comparou a situação desses profissionais à de outras categorias, como enfermeiros e professores, argumentando que, assim como a sociedade não aceita exploração dessas áreas, também não deve admitir condições inadequadas para os policiais. Por fim, classificou como importante o Projeto de Lei nº 5.967, de 2023, em debate e declarou que iria trabalhar para sua aprovação no Plenário na semana seguinte.

Sargento Portugal (PODE - RJ) - O Deputado agradeceu a articulação conduzida pelo Presidente Hugo Motta junto aos Líderes partidários, destacando que, por unanimidade, foi aprovada a urgência para o Projeto de Lei nº 5.967, de 2023, que trata da regulamentação da carga horária dos profissionais da segurança pública, sem gerar custos adicionais. Ressaltou que a medida representa respeito à categoria, ao garantir convívio familiar, descanso e melhores condições de trabalho, afirmando que não se trata de privilégio, mas de reconhecimento. Por fim, enfatizou que a proposta não tem viés partidário ou ideológico, mas atende a uma demanda dos operadores de segurança, e manifestou confiança de que o projeto será concluído e entregue ainda neste ano.

Coronel Meira (PL - PE) - O Deputado agradeceu ao Presidente Hugo Motta e aos Líderes partidários, incluindo o Líder do PT, Pedro Uczai, pelo apoio à proposta em debate e solicitou empenho para que o Projeto de Lei nº 5.967, de 2023, seja aprovado por unanimidade. Destacou que a iniciativa não tem caráter partidário, mas visa fortalecer a segurança pública, garantindo melhores condições aos profissionais que atuam diariamente nas ruas. Ressaltou ainda a importância da regulamentação para assegurar folgas e descanso aos agentes, inclusive para questões de saúde, e concluiu pedindo o apoio dos 513 Deputados Federais para a aprovação da matéria na semana seguinte.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 11.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 26/02/2026

Túlio Gadêlha (REDE - PE) - O Deputado denunciou uma confusão ocorrida na CPMI do INSS, que teria envolvido troca de agressões físicas entre Parlamentares e deixado Deputados machucados. Atribuiu o episódio a uma fraude em votação conduzida pelo Senador Carlos Viana, que presidia a reunião, alegando que o resultado anunciado não corresponderia ao placar real. Concluiu, defendendo a apuração dos fatos e a aplicação de punições, afirmando que episódios desse tipo não condizem com o ambiente democrático de debate parlamentar.

Reimont (PT - RJ) - O Deputado manifestou-se sobre a tramitação do Projeto de Lei antifacção, afirmando que a proposta enviada pelo Governo do Presidente Lula tinha como objetivo fortalecer o combate ao crime organizado. Afirmou que o relatório apresentado pelo Deputado Delegado Guilherme Derrite teria alterado substancialmente o conteúdo original, o que motivou voto contrário de sua bancada. Relatou também que o Senado promoveu mudanças aproximando o texto da versão inicial do Executivo, mas que, ao retornar à Câmara, as alterações não teriam sido acolhidas. Ademais, criticou posicionamentos de lideranças partidárias contrárias à apreciação de proposta relacionada à jornada de trabalho, defendendo o fim da escala 6 por 1 e argumentando que a medida busca garantir melhores condições de vida e convivência familiar aos trabalhadores.

Julia Zanatta (PL - SC) - A Deputada defendeu a ampliação do direito de mulheres utilizarem *spray* de pimenta para legítima defesa, criticando restrições legais ao item, e afirmou que a medida contribuiria para o enfrentamento da violência. Também mencionou reportagem da Folha de S.Paulo sobre o uso de recursos discricionários pelo Ministério da Saúde, alegando falta de transparência na destinação dos valores e possível favorecimento político. Citou a situação do Hospital Azambuja, em Brusque (SC), onde uma ala oncológica não estaria funcionando por ausência de habilitação federal, e informou ter solicitado esclarecimentos formais sobre os repasses.

Benedita da Silva (PT - RJ) - A Deputada parabenizou o Presidente Lula e a Presidenta da Petrobras Magda Chambriard após a Petrobras alcançar o valor de cerca de 100 bilhões de dólares e retomar a posição de empresa mais valiosa da América Latina, superando Mercado Livre e Itaú. Ademais, criticou a Direita bolsonarista por divulgar notícias falsas sobre a falência da estatal e afirmou que o Governo Lula promoveu o planejamento e o fortalecimento da empresa. Além disso, agradeceu aos Parlamentares da Bancada Negra da Câmara dos Deputados, sob sua coordenação, registrou a primeira reunião do grupo e informou que buscará equiparação às Secretarias vinculadas à Mesa Diretora. Ao final, anunciou diálogo com o Supremo Tribunal Federal (STF) e com o Governo Federal sobre demandas da população negra.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 11.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 26/02/2026

Pedro Uczai (PT - SC) - O Deputado contestou denúncias contra o Governo Lula. Sustentou que o orçamento secreto foi praticado durante o Governo Bolsonaro por meio das RP9 e destacou o julgamento de três Deputados do Partido Liberal (PL) por corrupção. Ademais, declarou que os recursos para hospitais foram ampliados durante os Governos do Partido dos Trabalhadores (PT) e que houve aumento de credenciamentos do Sistema Único de Saúde (SUS) para serviços especializados. Esclareceu ainda que, em Brusque (SC), dois hospitais pleiteiam habilitação em oncologia e que a definição depende de critérios técnicos, apontando que não há desassistência à população. Defendeu também a atuação republicana do Ministério da Saúde, inclusive na destinação de unidades básicas a Prefeituras do PL. Ao final, saudou a presença do Prefeito Olguin Metz, do PL, e lideranças de Arabutã (SC), ressaltando sua parceria parlamentar com o Município.

Julia Zanatta (PL - SC) - A Deputada repudiou qualquer tipo de aliança ou coligação entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Liberal (PL). Destacou ainda que o Deputado Pedro Uczai, como Líder do Governo, tem a obrigação de devolver os recursos de Santa Catarina na forma de investimentos, uma vez que a cada cem reais pagos em impostos, o Governo só reinveste dez reais no Estado. Por fim, rejeitou a centralização política de poder e recursos defendida pelo PT.

Roberto Duarte (REPUBLICANOS - AC) - O Deputado criticou a política econômica do Governo Lula, apontando aumento de impostos e inflação que reduz o poder de compra do trabalhador, descumprindo a promessa de melhoria nas condições de vida. Ademais, condenou a taxaço de compras internacionais e o aumento do imposto de importação sobre componentes eletrônicos, que encarece os produtos e afeta o consumidor. Além disso, questionou a destinação dos recursos arrecadados e recriminou os gastos com viagens internacionais e o apoio financeiro a regimes estrangeiros. Ao final, defendeu a liberdade econômica, a responsabilidade fiscal e a atuação do Parlamento como contenção à elevação de impostos promovida pelo Governo Federal.

Ricardo Ayres (REPUBLICANOS - TO) - O Deputado enalteceu a aprovação do Projeto de Lei (PL) nº 5.582, de 2025, que dispõe sobre o combate às organizações criminosas (PL Antifacção), como instrumento de enfrentamento ao crime organizado e fortalecimento da segurança pública. Lamentou, contudo, o destaque que suprimiu a taxaço das *bets*, sustentando que a medida era necessária diante do crescimento acelerado do setor e de seus impactos sociais. Argumentou ainda que as apostas esportivas online geram endividamento, comprometimento da renda familiar e risco de dependência, especialmente entre jovens. Ademais, elogiou a proposta do Senador Alessandro Vieira, aprovada pelo Senado, para instituir contribuição específica sobre o setor, com estimativa de arrecadação anual de quase 30 bilhões de reais, destinados ao



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 11.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 26/02/2026

combate às facções. Ao final, defendeu a regulação, fiscalização e tributação das *bets* como instrumentos de responsabilidade social e financiamento da segurança pública.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada celebrou os quarenta anos da resposta brasileira à epidemia de Aids. Ademais, ressaltou que o Brasil se tornou referência internacional ao garantir tratamento e prevenção gratuitos, contribuindo para a redução global de 40% das novas infecções desde 2010. Além disso, apontou que o Brasil figura entre os países que ampliarão investimentos domésticos até 2026 e entre os que mais distribuem profilaxia pré-exposição. Alertou, contudo, para desigualdades que afetam grupos vulneráveis e para a discriminação sofrida por pessoas vivendo com HIV. Defendeu ainda o combate simultâneo ao vírus, à desigualdade e ao preconceito. Ao final, lamentou o corte de financiamentos internacionais em 2025 e reiterou apoio a iniciativas legislativas voltadas à prevenção, diagnóstico precoce e enfrentamento da sorofobia.

ENCERRAMENTO